



# Jornal FNE

## Edição 53 – Out/06

### **Sucesso dos engenheiros brasileiros**

Nesta edição especial do VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), Engenheiro traz a cobertura completa do evento, realizado em São Paulo de 13 a 16 de setembro, com pleno êxito.

Em “Opinião” e “Nova gestão”, a análise do presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, sobre o congresso e as perspectivas para o futuro e a cobertura da eleição da diretoria da entidade.

A seguir, um relato das conferências proferidas pelos convidados especiais do VI Conse: Marcio Pochmann, Carlos Lessa, Luiz Marins e pelos dirigentes do Acre, Pará e Amazonas, que falaram sobre o desafio de preservar e desenvolver a região.

Uma visão geral das propostas contidas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” foi dada pelos consultores que elaboraram as notas técnicas em cada um dos temas eleitos como essenciais (energia, saneamento, recursos hídricos e meio ambiente, ciência e tecnologia, comunicações, transportes urbanos e de carga e agricultura).

A edição traz, portanto, notícias de um grande sucesso dos engenheiros brasileiros.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

Murilo C. de Campos Pinheiro

O Brasil atravessou o século XX como o “país do futuro”. Lamentavelmente, iniciamos o XXI sem que a promessa se cumprisse e sob o signo da mediocridade no que diz respeito a crescimento econômico. Pressionados por uma ideologia travestida de ciência econômica e tratada como dogma religioso – o neoliberalismo –, sucumbimos à lógica monetária que rege o governo brasileiro há mais de uma década.

A pasmaceira atravessa já três mandatos presidenciais. O resultado dessa opção foi amargamente registrado ao final do ano passado: a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) ficou somente em 2,3% em 2005. Para 2006, a previsão é que o aumento do PIB não ultrapasse os 3,5%.

Assim, mais uma vez os brasileiros – ao menos aqueles que não lucram exorbitâncias com a especulação – assistiram boquiabertos o potencial nacional ser desperdiçado. Contudo, continua vivo o sonho do crescimento econômico, que se traduza em desenvolvimento social e garanta vida digna à maioria. Os engenheiros, que têm esse objetivo como bandeira já antiga, retomaram, em 2006, a luta por um projeto nacional de desenvolvimento e produziram o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. O documento foi aprovado no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), após discussões em seminários realizados em várias capitais e cidades paulistas, envolvendo 3.000 profissionais. Tais eventos abordaram os temas considerados cruciais para que o País saia da armadilha do encolhimento: energia, recursos hídricos, saneamento e meio ambiente, comunicações, transportes urbanos e de carga, ciência e tecnologia e agricultura.

Agora, sistematizado um projeto para o Brasil pensado pela categoria ligada ao desenvolvimento por excelência, suas propostas serão apresentadas à sociedade. A meta traçada pelos engenheiros visa crescimento econômico de no mínimo 6% ao ano. Para tanto, evidentemente será fundamental alterar a política macroeconômica, reduzindo a taxa de juros, e garantir investimentos públicos e privados da ordem de 25% do PIB para se dotar o País da infra-estrutura necessária. Trata-se, portanto, de uma proposta empreendedora, mas perfeitamente exequível e realista.

Convencidos de que perseguir esse objetivo é a única saída para transformar o Brasil numa nação de verdade, que propicie vida digna e oportunidade de trabalho a todos os seus cidadãos, os engenheiros agora se dedicam a batalhar para ver implantadas suas propostas.

Arregaçar as mangas

Também no VI Conse aconteceu a escolha da diretoria que comandará a FNE durante o triênio 2007-2010. Eleita com esmagadora maioria dos votos dos delegados, a equipe, que terei a honra de encabeçar mais uma vez, assumirá a entidade em março que vem com o compromisso de continuar o trabalho de fortalecimento da federação e de defesa da categoria

em todo o Brasil, em parceria com os sindicatos. Entre as propostas de ação, a expansão do projeto “Cresce Brasil”, mantendo o esforço para colocar o tema definitivamente na agenda nacional.

## DESENVOLVIMENTO

---

Retomar o desenvolvimento sustentado com inclusão social, lançando mão de medidas que propiciem crescimento econômico de no mínimo 6% ao ano é tanto urgente quanto possível. Para isso, será fundamental alterar a política macroeconômica, reduzindo a taxa de juros, e garantir investimentos públicos e privados da ordem de 25% do PIB (Produto Interno Bruto) para se dotar o País da infra-estrutura necessária. Essa foi a tônica do VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em São Paulo entre os dias 13 e 16 de setembro de 2006, que aprovou o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Na noite de 13 de setembro, foi dada a largada oficial do evento que reuniu cerca de 1.300 pessoas de todo o País, lotando o auditório do Novotel São Paulo Center Norte. “O Brasil precisa crescer e a engenharia tem de mostrar a sua cara e dar a sua contribuição. É o que estamos fazendo em todo esse processo”, afirmou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), promotora da atividade.

O ato político teve a participação de diversas autoridades paulistas, entre as quais o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o vereador Paulo Teixeira (PT), representando a Câmara Municipal de São Paulo, o deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB), o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Rodrigo Garcia (PFL), os deputados federais Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB), Delfim Netto (PMDB) e Arnaldo Faria de Sá (PTB), os secretários de Estado dos Transportes, Dario Rais Lopes, e do Emprego e Relações do Trabalho, Walter Caveanha, além dos presidentes do Crea-SP, José Tadeu da Silva, e do Confea, Marcos Túlio de Melo.

### Mudar a prioridade

Ao longo da atividade, aconteceram palestras sobre os diversos temas que compõem o documento, além de conferências proferidas por convidados especiais. O primeiro deles foi Marcio Pochmann, professor livre-docente e pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Ele apontou a contradição entre o pífio crescimento de 2,6% do PIB (Produto Interno Bruto) – que, entre suas conseqüências, deixa 6 milhões de jovens sem qualquer conexão com o trabalho – e o fato de ser o Brasil um país ainda por construir. “Existe dinheiro, mas não prioridades definidas. Não foram investidos os R\$ 106 bilhões necessários à reforma agrária, mas gastaram-se R\$ 160 bilhões com o serviço

da dívida em 2005.” Para Pochmann, o Brasil assemelha-se a um “carro que anda com freio de mão puxado”. Ele denunciou a ideologia por trás do discurso que mantém a estagnação. “Não existe dicotomia entre desenvolvimento e inflação. Isso não é uma questão técnica, mas política”, afirmou o economista.

Pochmann chamou ainda a atenção para a necessidade de os ganhos de produtividade devido aos avanços tecnológicos serem transformados em bem-estar e não em desemprego e exclusão. “Estamos vivendo um momento singular de nossa história, que se dá pelas mudanças de base técnica no mundo do trabalho. Qual a razão de um jovem hoje ingressar no mercado de trabalho antes dos 25 anos de idade ou de continuarmos com jornadas de trabalho tão extensas?”, indagou.

### Democracia participativa

O economista Carlos Lessa, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), endossou as críticas do colega. “Existem recursos, mas com o volume de juros da dívida pública que o Brasil paga, é impossível implementar o programa que os engenheiros propõem”, enfatizou. O professor da UFRJ ilustrou claramente a importância de se rever a política econômica para a nação se desenvolver: “Tudo o que se gasta com o SUS (Sistema Único de Saúde) corresponde a um mês de pagamento com juros; com educação, 15 dias; com o Bolsa Família, dez dias.” Lessa vaticinou: “É preciso reduzir os juros e não se faz isso porque o País abriu mão de sua soberania, está transferindo-a para o capital especulativo. É necessário recuperar o espaço monetário como de soberania nacional.” Controlar o câmbio para tanto é crucial, destacou.

Como forma de levar a cabo as mudanças que o Brasil precisa, ele propôs que o trabalho desenvolvido pelos engenheiros transforme-se num movimento permanente, que envolva todas as suas entidades representativas. “Os movimentos sociais têm que ocupar espaços que os mecanismos de representação não estão conseguindo.” Nesse contexto, ele enalteceu o trabalho dos engenheiros como precursor de um movimento pela democracia brasileira – que está em crise. “É fundador de uma proposta cultural para colocar o Brasil em pauta.”

### Globalização

Como conquistar o almejado desenvolvimento em tempos de intensa globalização econômica foi o tema do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário geral do Ministério das Relações Exteriores. Ele lembrou que o processo histórico de integração de mercados é bem mais antigo do que normalmente se diz, remontando às grandes navegações. “O mundo já foi muito mais globalizado do que é hoje, com mais liberdade de fluxo de pessoas e capitais”, ressaltou. No início do século XX, continuou ele, com a Primeira Grande Guerra e a formação da União Soviética, e mais tarde com a divisão da Alemanha, as revoluções chinesa e cubana e as guerras do Vietnã e da Coreia, houve uma fragmentação, com porções do mercado sendo retiradas do sistema financeiro e de comércio global. Nesse período, houve forte

planejamento das economias nacionais que, em vários casos, valeram-se de grandes empresas estatais e regulamentação para buscar o desenvolvimento.

Após a queda do muro de Berlim, essa tendência sofreu alteração e passaram a ganhar corações e mentes ao redor do mundo as doutrinas neoliberais, segundo as quais o obstáculo à prosperidade era a regulamentação. Assim, passam a ser pregadas as privatizações e a liberalização de capitais. O embaixador lembrou que os países que não aplicaram tal receituário, conhecido como Consenso de Washington, têm sido os mais exitosos em expandir a economia, a exemplo da China. Enquanto os mais fiéis a ele, como a Argentina, enfrentaram crises severas.

Entre as principais pressões sobre as nações, especialmente as da periferia, está a por abertura comercial e contra formas de proteção da economia. Para que as grandes empresas com capacidade de operar de forma tão vasta tenham acesso a todos os consumidores do globo, não pode haver barreiras e aí entram as normas internacionais que podem dificultar políticas públicas de interesse nacional. Guimarães lembrou que, para realizar o seu potencial, o Brasil terá de se valer de ações que gerem emprego, integrando ao mercado produtivo os 50 milhões que vivem com até US\$ 1 por dia. “É preciso que se tenha a possibilidade, por exemplo, de dar subsídios à produção agrícola. Não é possível estimular a indústria com tarifa zero nas importações.” Portanto, lembrou o embaixador, tais questões devem ser defendidas nas negociações internacionais.

## Desafios da Amazônia

Buscar o desenvolvimento sustentável da Amazônia foi o tema apresentado aos congressistas por dirigentes dos Senges na região. O primeiro a abordar o tema foi Sebastião Fonseca, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre. Ele destacou o tipo de desenvolvimento que se deseja para a Amazônia, que leve em conta a conservação do meio ambiente, mas não a impeça de “crescer junto com o Brasil”. E alertou: “O País precisa manter sua soberania para uso adequado da região.” Para Fonseca, o modelo factível geraria riqueza à Nação e respeitaria a natureza. Na sua ótica, a Amazônia precisa produzir e ser ocupada por cidadãos brasileiros. Conforme sua preleção, a floresta deserta abre espaço a qualquer tipo de pirataria. “São ações que se somam para deixar o Brasil mais pobre.”

Vice-presidente do Senge-PA, Ricardo José Lopes Batista apontou a importância de se considerar a visão do amazônida. A região vive um processo de degradação há 30 anos, o qual vai na contramão dessa proposta, informou ele. Além disso, sofre com a biopirataria e a garimpagem. O local constitui-se em grande reserva de minério, contudo, como exemplificou Batista, essa não gera valor agregado ao seu desenvolvimento. A diversidade da Amazônia lhe confere grande potencial para tanto, mas padece também com a falta de tecnologia, lembrou ele. Projeto que vise o uso adequado da região, portanto, deve levar em conta essa necessidade.

Problema sério que exige atenção é a tentativa de sua internacionalização. Na opinião de Marcílio Vital de Paula, presidente do Senge-AM, para enfrentar isso, é preciso levar em conta

a situação social da maioria da população amazônica e mapear, através de pesquisas integradas realizadas por órgãos nacionais, o que se deve fazer a curto, médio e longo prazo. “Preocupa que a elite brasileira emita pareceres sem conhecer e considerar a realidade local.”

#### Transformar idéias em ação

Estabelecido o consenso sobre quais são os problemas e as soluções, é necessário transformar as idéias em ação. Essa foi a mensagem do antropólogo e consultor de empresas Luiz Almeida Marins Filho, em sua palestra intitulada “E eu com tudo isso?”. “Um dos instrumentos que o ser humano tem para isso é a vontade de fazer”, disse Marins. Conforme ele, a inteligência também é elemento importante – resume-se a perceber quais ações são essenciais e separá-las das demais.

Tendo feito seu doutorado na Austrália junto aos aborígenes, Marins relatou sua experiência em meio a essa população para mostrar aos congressistas a importância de definir um foco de atuação e segui-lo. Ele contou que na noite anterior a uma caçada, o aborígene local promovia uma dança em que simulava a ação a ser feita no dia seguinte. Então, definia a função de cada um no grupo e saía para concretizar a caça, não se desviando da meta traçada – no caso, encontrar emus, ainda que surgissem sinais de algo mais apetitoso pelo caminho, como cangurus. Para ir adiante, Marins lembrou, contudo, ser crucial ter motivação e disciplina. “Se perdermos o entusiasmo, que é a crença na capacidade de transformar a realidade apesar das adversidades aparentes, e a paixão do início, perderemos tudo.”

Outra questão imprescindível na época atual, que servirá aos engenheiros na luta pelo desenvolvimento, como apontado pelo palestrante, é manter a unidade em meio à diversidade. “É preciso compreender o poder da união.”

#### Um congresso vibrante

Fazendo coro ao antropólogo, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, no encerramento da programação de palestras, destacou a importante contribuição dos presidentes dos Senges, da diretoria da federação e demais colaboradores. Ele comemorou o resultado do VI Conse, que classificou como “vibrante”. E frisou: “Ao término desse congresso, começa o grande trabalho de fazer o ‘Cresce Brasil’ avançar. Nós, engenheiros, só entendemos o processo todo quando a teoria se transforma em prática. Para isso, a FNE precisa estar unida.”

*\*Colaboraram Rosângela Ribeiro e Soraya Misleh*

# CRESCER BRASIL

---

Sistematizadas no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em São Paulo entre 13 e 16 de setembro, as sugestões dos engenheiros – profissionais do desenvolvimento por excelência – para áreas essenciais foram discutidas nos últimos seis meses em eventos realizados em sete cidades paulistas e sete capitais brasileiras: Florianópolis, Brasília, São Luís, Belém, Teresina, Rio de Janeiro e Cuiabá. Apresentadas no congresso por especialistas, durante os dias 14 e 15, as propostas para sistema viário, transportes e comunicações, ciência e tecnologia, energia e saneamento, assim como para o setor de agricultura, encontram-se no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. É necessário ampliar investimentos nesses segmentos e redefinir prioridades, apontaram os palestrantes.

## Resgatar a função social no sistema viário

Os gestores do orçamento precisam ter em mente essa questão, lembrou o consultor Márcio de Queiroz Ribeiro, ex-secretário municipal de Transportes do Rio de Janeiro, durante sua apresentação da proposta “Cresce Brasil: Sistema viário”, no dia 14. Ao encontro de tal visão, segundo ele, a prioridade seria aos sistemas de alta capacidade, como os metroferroviários. Atualmente, a esses sobram menos de 4% – o maior apelo é ao transporte individual, cuja presença é crescente nas ruas dos principais centros urbanos. Para o consultor, rever isso “é questão de vida ou morte para o desenvolvimento das regiões metropolitanas”.

Incrementar a oferta desses sistemas significa, de acordo com sua preleção, garantir maior qualidade de vida, ao se reduzir a poluição resultante de congestionamentos e oferecer empregos diretos e indiretos. A expectativa é que com o volume anual de investimentos proposto – R\$ 15 bilhões oriundos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e de dotações orçamentárias, com maior participação dos estados e da União – sejam gerados cerca de 1,8 bilhão de postos de trabalho.

A proposta “Cresce Brasil” para o tema abrange também “programas de pavimentação em áreas urbanas de baixa renda, com a destinação de R\$ 300 mil por quilômetro para oferecer sistemas viários adequados”. E subsídios aos cidadãos carentes e desempregados poderem se locomover em 25 conurbações nacionais onde as deseconomias são maiores, pelo período necessário à sua inserção no mercado de trabalho. A medida é importante, se se considerar que “há no Brasil hoje cerca de 37 milhões de excluídos do transporte público urbano motorizado, por carência financeira ou na oferta do sistema”.

## Universalização nas comunicações

Necessidade de convergência tecnológica e empresarial na área das telecomunicações; universalização a partir da melhor distribuição de renda; manutenção do regime público das comunicações; inclusão digital e social; e expansão da banda larga para as escolas e serviços públicos estão entre as propostas dos engenheiros para essa área, inseridas no manifesto

“Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Essas foram apresentadas no dia 14 por Marcos Dantas, professor do Departamento de Comunicação da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Ponto fundamental, afirmou ele, será levar em consideração a questão social. Quase metade das residências brasileiras não possui linhas telefônicas fixas. A rede de cabo passa pela porta de quase 20% dos domicílios, não atingindo nem 300 municípios do País.

Além de expor as propostas da categoria para o setor, Dantas traçou o panorama atual das comunicações em nível nacional. Segundo ele, o Brasil tem vivenciado o retrocesso nos campos da eletrônica e das telecomunicações, mas ao mesmo tempo discute uma tecnologia de ponta, a TV digital. O professor vaticinou: “Hoje temos de reconstruir um modelo.” E ressaltou a importância da engenharia nessas discussões, inclusive quanto à geração de conteúdo.

#### Investir em Ciência e Tecnologia

O País precisará gerenciar novas posturas, como mapear as aplicações potenciais e as competências-chave da tecnologia digital e da biotecnologia. A conclusão foi dada pelo professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFF (Universidade Federal Fluminense), Marco Aurélio Cabral Pinto, ao apresentar o capítulo sobre Ciência e Tecnologia do manifesto “Cresce Brasil” no dia 15. Para tanto, a Nação deverá investir em C&T, pesquisa, produção e deixar de ser o paraíso dos interesses financeiros. Assim, Cabral Pinto conclamou a engenharia a não se limitar às gerências de linha, mas se incluir nos marcos das decisões. “Precisamos resgatar a ocupação de suas funções e lutar para a sobrevivência intelectual.”

Ele chamou a atenção dos participantes do VI Conse para uma nova revolução tecnológica que se avizinha, a digital e de biotecnologia. “O Brasil precisa se preparar para esse padrão de industrialização.” Destacou ainda ser premente que a inserção global desta Nação se dê de forma ativa e autodeterminada. O professor fez um diagnóstico negativo das posturas do Estado na organização da economia ao longo dos anos, com a entrega do mercado interno para o capital externo sem qualquer contrapartida. “Não podemos deixar o país nas mãos do capital financeiro”, insistiu.

#### Incrementar o uso de fontes renováveis

Maior utilização de energia solar, estímulo à co-geração, construção de novos parques eólicos e redução da aplicação da eletrotermia. Eis algumas das alternativas explanadas por Carlos Monte, consultor e coordenador geral dos trabalhos técnicos do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, durante a apresentação da proposta para energia no dia 15. Além dessas, para ampliar o uso de fontes renováveis – premente não só no País, mas em âmbito global, haja vista a expectativa de esgotamento das reservas de petróleo e restrições ambientais –, deve haver incremento da geração proveniente da biomassa (palha, arroz, lenha vegetal, cana-de-açúcar) e do programa de produção do álcool. Conforme ele, hoje não se exige isso nos financiamentos. Ainda, para neutralizar os impactos negativos do efeito estufa,

“é imprescindível promover medidas para conservação energética e aumento de sua eficiência nos processos de produção, distribuição e consumo final”.

Também segundo sua preleção, o capítulo do manifesto “Cresce Brasil” sobre energia aponta o montante de R\$ 30 bilhões como o necessário para o setor. Desse total, 80% seriam recursos públicos e 20% privados. Pensando num crescimento econômico anual de 6%, seria preciso, de acordo com o consultor, mais 6.458MW de potência, além da conclusão de todas as usinas já outorgadas ou em construção, que perfazem 27 mil MW.

A despeito de ser crucial haver elevação significativa na oferta de energia no Brasil, Monte observou que a situação nacional é mais confortável em nível mundial, “pela disponibilidade de fontes renováveis e por dominarmos essa tecnologia há algum tempo”.

#### Atenção ao pequeno agricultor

Entre as propostas incluídas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” ao segmento de agricultura está atentar para as demandas do pequeno agricultor, “sem capital financeiro e humano para acompanhar a evolução tecnológica do agronegócio em escala mundial”. Além disso, fortalecer os investimentos em ciência e tecnologia agropecuária, educação e saúde rural como forma de oferecer compensações ao agronegócio “pelo seu bom desempenho”. Avançar na recuperação e incremento da infra-estrutura logística, estabelecer um programa sanitário e ambiental, criar um sistema de poupança que incentive a canalização de recursos entre setores superavitários e deficitários, determinar metas de consumo interno e conquistas de novos mercados são outras sugestões da engenharia nacional. Como premissa, essa entende que “um programa de desenvolvimento do agronegócio deve enfocá-lo não apenas do ponto de vista estritamente econômico e empresarial, mas como um fator de grande importância para a sustentabilidade social do País”.

#### Um marco regulatório ao saneamento

No setor, a melhoria da infra-estrutura se dá, primeiramente, por vontade política, depois por um marco regulatório e por fim pela capacidade de investimento público. A receita foi dada pelo professor do Departamento de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, que expôs a proposta “Cresce Brasil: Saneamento” no dia 15.

Segundo ele, sem um marco regulatório que estabeleça diretrizes nacionais para o segmento, a situação é de calamidade. No País que consta em segundo lugar no mundo em frota particular de helicóptero, 56% das mortes de crianças de zero a seis anos de idade decorrem de água contaminada. O cenário atual revela um país sem planejamento adequado em saneamento básico, complementou. Em pleno século XXI, 30 milhões de brasileiros ainda não têm abastecimento de água potável; 90 milhões não contam com esgotamento adequado; os aterros sanitários representam apenas 12,6% e os de resíduos especiais, ínfimos 2,6%.

Agravante, na sua ótica, é que o setor sofre a ausência de políticas públicas de atendimento aos mais pobres, com um sistema tarifário que privilegie quem não tem condições de pagar. Pesam nesse resultado também os baixos investimentos. Conforme Costa Leite, de 2003 a 2005, foram perto de R\$ 500 milhões/ano, valor muito distante do necessário para se alcançar a universalização do serviço: “Até 2011, o governo federal deverá aplicar cerca de R\$ 123 bilhões no setor, o que dá uma média anual de R\$ 24 milhões.” A aplicação desses recursos desencadearia, na sua concepção, um processo de desenvolvimento econômico e social importante para o País. E mudaria a triste estatística de que 2/3 das internações do SUS (Sistema Único de Saúde) são causadas por doenças de veiculação hídrica. Condições para sanar os problemas no segmento não faltam, garantiu o professor. “A engenharia nacional tem capacidade de propor soluções técnicas.”

O especialista destacou ainda ser importante uma política nacional de resíduos sólidos para incentivar a reciclagem e regulamentar o setor, de forma a proteger os trabalhadores envolvidos. “Os catadores de lixo reciclável são um elo forte que precisa ser valorizado e respeitado.”

*\*Colaborou Rosângela Ribeiro*

## NOVA GESTÃO

---

Com 138 votos a seu favor, num total de 141 delegados, Murilo Celso de Campos Pinheiro, atualmente à frente da FNE, ficará no cargo por mais três anos (2007 a 2010). Ele dará continuidade ao seu trabalho juntamente com os demais integrantes da diretoria eleita para o período (veja abaixo). O pleito aconteceu no encerramento das atividades do VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado na Capital paulista em 16 de setembro. Ao sagrar-se vitorioso, Campos Pinheiro reafirmou seu compromisso com a democracia e com a defesa da categoria dos engenheiros.

E expôs aos presentes seu programa para a gestão que se iniciará no próximo ano. Tal abrange fortalecer iniciativas intersindicais e federativas que modernizem as entidades nas relações com os trabalhadores que representam; estabelecer com os Senges política permanente de acompanhamento de desempenho, visando definir mecanismos de apoios diversos; e buscar avanços nas relações capital-trabalho.

Além disso, o plano de gestão inclui continuar a fornecer assistência jurídica aos filiados à FNE; acompanhar, junto ao Congresso Nacional, projetos de lei e emendas constitucionais de interesse do movimento de trabalhadores da categoria; exigir o fortalecimento da fiscalização do Sistema Confea/Creas em todo o território nacional, com vistas a combater o exercício ilegal da profissão; lutar pela redução da jornada de trabalho; estimular o fomento ao empreendedorismo nos estados; e propor campanha nacional de valorização profissional.

Estudar, juntamente com os Seneges, possíveis apoios a projetos solidários e atividades voluntárias de fundo social também se insere esse rol. Assim como criar, no âmbito da FNE, o Conselho “Cresce Brasil”, composto por profissionais notáveis em cada setor da engenharia.

O objetivo, com essa iniciativa, é dar continuidade à discussão oriunda da série de eventos que integraram o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Nesse contexto, a próxima gestão comprometeu-se a realizar novos seminários temáticos, abordando inclusive outros assuntos de interesse da área tecnológica, como segurança e meio ambiente.